A Presença Negra nos Cursos de Graduação em Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: Análise do Percurso após Ingresso Pelas Cotas – Turma 2008

Aires David de Lima¹

Maria José de Jesus Alves Cordeiro²

Em 06/01/2003, foi publicada, em Mato Grosso do Sul, a Lei n. 2.605 estabelecendo as cotas para negros na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sendo regulamentada para o vestibular do mesmo ano, com ingresso dos negros cotistas já no início de 2004. Passados nove anos de oferta, realizamos uma pesquisa no Mestrado em Educação/UEMS com o objetivo de avaliar os resultados gerais e específicos da presença dos negros cotistas nos quatro cursos de graduação em Direito, desvelando as conquistas e dificuldades enfrentadas no acesso e na permanência dos 47 (quarenta e sete) acadêmicos ingressantes em 2008. Para isso, utilizou-se a pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso e fez-se uso de questionários semiestruturados.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Docente e Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito, Unidade Universitária de Paranaíba/UEMS. Membro do GEPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Práxis Educacional, e-mail airesnpj@yahoo.com.br

² Doutora em Educação-Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente do Curso de Pedagogia e do Mestrado Profissional Ensino em Saúde na Unidade Universitária de Dourados e do Mestrado em Educação da Unidade de Paranaíba - Universidade Estadual de Mato G. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Docente e Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito, Unidade Universitária de Paranaíba/UEMS. Membro do GEPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Práxis Educacional, e-mail airesnpj@yahoo.com.br e endereço para correspondência na Rua Ana Luiza, n. 25, Centro, Proso do Sul (UEMS). Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Gênero, Raça e Etnia – GEPEGRE/Cnpq, e-mail maju@uems.br e endereço para correspondência na Rua Oliveira Marques, n. 269, Jardim Tropical, Dourados-MS, CEP - 79820-040.

Os resultados gerais apontam para um índice considerável de desistência ou evasão dos negros cotistas pelas razões mais diversas e que serão analisadas neste trabalho.

Palavras-chave: Negros cotistas; UEMS; Curso de Direito; Conquistas e dificuldades.

The Black Presence In Law Undergraduate Courses at the University of South Mato Grosso: An Analysis of the Trajectories of Students who Were Admitted by Quotas - Class Of 2008

Abstract

On January 6, 2003, Law n. 2605 was enacted. The law, which established quotas for blacks in the State University of South Mato Grosso – UEMS, came into effect in the same year, with the entrance of Black students in early 2004. Nine years later, we conducted research on the Master's Program in Education at UEMS in order to assess the general and specific results of the presence of Black quota students in the four undergraduate degrees in law, revealing the achievements and difficulties in access and permanence of 47 freshmen students in 2008. We used the qualitative research technique of case study and conducted semi-structured questionnaires. The results reveal that Black quota students had significant attrition rates. This article analyzes the several reasons for that.

Keywords: Black quota students; UEMS; Law School; achievements and difficulties.

Introdução

Estudar o acesso e a permanência de negros cotistas no ensino superior, bem como, os percalços enfrentados e as conquistas realizadas por estes, constitui-se numa tarefa para a qual, apenas a revisão bibliográfica não é suficiente para responder a todas as indagações, pois ainda são poucas as produções sobre o negro e a maioria não traz, em suas palavras, os dramas particulares vividos por cada um, suas angústias, esperanças e perspectivas, principalmente educacionais. Para melhor compreendermos uma realidade muitas vezes apenas dedutível, realizamos uma pesquisa cujos resultados são aqui apresentados como uma possibilidade de reflexão sobre o papel das cotas no ensino superior, principalmente numa área de formação considerada de elite, algo que muito nos inquietava enquanto docente da mesma.

Com estas inquietações, realizamos no Mestrado em Educação, uma pesquisa sobre a cota para negros na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS que, conforme Cordeiro (2011), *busca promover o princípio da igualdade em prol das minorias raciais e étnicas*. Foram abordados os aspectos legais que proporcionam o ingresso na universidade, os que favorecem a permanência e a conclusão, especificamente nos quatro cursos de Direito ofertados pela UEMS, o que podemos chamar de “cota dos sonhos”, porque para muitos é considerado o passaporte para uma vida melhor.

No entanto, cotas é um assunto interessante e instigador que, a cada discussão, novas polêmicas se levantam relacionadas aos critérios de oferta e seu aperfeiçoamento, mesmo depois da decisão judicial do Supremo Tribunal Federal – STF, em 26 de abril de 2012, que reconheceu sua constitucionalidade.

A pesquisa realizada numa abordagem qualitativa, do tipo estu-

do de caso, teve como objetivo avaliar os resultados da presença dos negros cotistas na graduação da UEMS, especialmente nos cursos de Direito ofertados nas Unidades Universitárias de Dourados (matutino), Naviraí (noturno) e Paranaíba (matutino e noturno). Para isso, buscou-se, ainda, levantar as conquistas e as dificuldades para permanência, enfrentadas pelos acadêmicos que ingressaram em 2008 e que, supostamente, deveriam estar, em 2012, no quinto ano. Além disso, foram incluídos na pesquisa os coordenadores(as) de curso que atuaram nesse período. Para coleta dos dados aplicou-se um questionário semiestruturado aos negros cotistas e outro aos coordenadores(as) de curso. A opção pela pesquisa qualitativa, na modalidade estudo de caso, deu-se por entendermos que esta busca dados nas experiências e vivências dos personagens pesquisados, através de uma interação mais direta, para se compreender essas vivências, sem deixar de lado os cuidados peculiares que uma pesquisa científica exige.

Levando-se em conta o objetivo proposto, este tipo de metodologia é a que melhor pode oferecer subsídios para o desenvolvimento da pesquisa, pois para Ludke e André (1986, p. 11), [...] *é cada vez mais evidente o interesse que os pesquisadores da área da educação vêm demonstrando pelo uso das metodologias qualitativas.*

Por isso, além dos dados dos questionários, foram analisadas as Atas de Resultados Finais de 2008 a 2012. Estas Atas têm como finalidade gerar as folhas do livro de resultado final dos cursos, registrando os resultados acadêmicos dos alunos. De acordo com Cordeiro (2012), *as Atas são de responsabilidade da Diretoria de Registro Acadêmico - DRA /UEMS disponibilizada, apenas, para pesquisadores com projeto sobre a temática registrado na UEMS.* Por meio das análises dessas Atas detectou-se alto índice de evasão e de reprovações, bem como, a análise do PP em vigor das três Unidades onde o curso de Direito é oferecido, as normatizações que tratam das cotas, tanto internas da UEMS, quanto

leis, decretos e principais tratados internacionais que cobram uma política de inclusão. Todas estas informações serviram de parâmetro para algumas ponderações e sugestões relativas ao sistema de cotas na UEMS e ao curso de Direito.

1 Cursos de Direito no Brasil e a presença do negro

Os primeiros esboços de Universidades surgiram no final do século XI e início do século XII na Europa. A partir do século XII, começaram a se estruturar e se organizar sendo que, apenas na segunda metade do século XIX, foram esboçados os modelos das atuais universidades nos padrões como as conhecemos atualmente. Com relação a esses períodos, não foi possível aferir dados sobre raça e cor dos primeiros estudantes, bem como da população em geral, tampouco se o negro esteve presente nos primeiros cursos superiores oferecidos.

A ausência de um banco de dados sobre esse assunto deve-se à falta de interesse do Estado, bem como ao fato de as pesquisas sobre raça, naquela época, ainda se encontrarem em fase embrionária, uma vez que estudos mais aprofundados sobre este tema remontam ao ano de 1775, elaborados pelo alemão Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840).

Ao analisar as primeiras ofertas de ensino superior no Brasil, ocorridas no começo do século XIX, por ocasião da transferência do trono português para o país, podemos dizer que a falta de interesse da Coroa retardou a educação superior no Brasil. Outros países da América do Sul anteciparam-se nesse aspecto, a exemplo do Peru, que criou a Universidade de São Marcos em 1551.

Com relação à instrução do negro, estudos demonstram que sua exclusão das instituições escolares desenvolveu-se no decorrer da história da educação brasileira. O marco inicial para esse des-

caso foi a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, que ocorreu no final do século XIX, ganhando proporções maiores de desigualdades educacionais e sociais no século XX, sendo que, no século XXI, o cenário pouco se modificou.

Dessa forma, utilizando-se de um discurso pseudocientífico, dentre outros elementos de uma retórica racista, os intelectuais e gestores públicos influenciaram decisivamente nas políticas educacionais, excluindo os negros do processo educativo já que eram tidos como *doentes, indolentes e improdutivos* (CARVALHO, 1989, apud PASSOS, 2012, n. p.). A educação tinha o papel de libertar a nação brasileira, com o fim de torná-la saudável, produtiva e civilizada, ou seja, uma justificativa para a exclusão do negro. Assim, a escravidão do negro no Brasil não pode ser vista como única explicação para as atuais desigualdades entre brancos e negros, outros elementos colaboraram para a ocorrência desses fatos. A naturalização dessa exclusão dificulta o acesso ao ensino superior e a permanência, pois além das questões econômicas, as questões étnico-raciais têm peso significativo.

Cota para negros nos cursos de Direito na UEMS

Os primeiros cursos jurídicos no Brasil tiveram sua implantação por meio do Decreto Imperial de 11.08.1827, sendo criados em São Paulo e Olinda com a denominação original de Academias de Direito. O curso de São Paulo foi instalado no Largo de São Francisco, em março de 1828, e o de Olinda, em maio do mesmo ano, no Mosteiro de São Bento, ocorrendo, posteriormente, sua transferência para Recife.

O novo país em formação precisava capacitar uma classe que iria dirigi-lo, pois esta era uma exigência premente da independência, que necessitava *substituir o aparelho administrativo metropolitano que partia* (TREVISAN, 1987, p. 37). Assim, a formação

desse novo quadro que iria dirigir o país seria incumbência da educação, uma vez que a administração pública se encontrava desprovida de pessoal especializado para isso em fins do século XIX. Nessa conjuntura, entretanto, o negro novamente foi preterido, pois:

O Estado brasileiro se preparava, então, para atender as transformações que a consolidação do capitalismo internacional exigia dos Estados de economia dependente. A organização socioeconômica relativamente à realidade da existência de uma população negra que fatalmente iria se misturar nos espaços e no direito da sociedade branca - elite ou não - impõe aos poderes do Estado estabelecer, no seu braço regulador e ordenador social, qual seja, do direito, as diretrizes para a manutenção e desenvolvimento da nova nação que surgia a fim de adequá-la aos parâmetros já definidos racialmente, qual seja, uma nação branca (BERTÚLIO, 2002 apud PASSOS, 2012, n.p.).

Naquele momento histórico, uma grande preocupação em formar uma sociedade de “brancos”, propiciou o nascimento de um novo Estado, porém com as mesmas mazelas excludentes do anterior. No entanto, relevantes transformações se aproximavam com a chegada do novo século, pois o Estado mudaria de domínio. Logo, as bases do ensino também precisariam ser revistas, para se adequarem a essas inovações, recebendo novas funções.

As primeiras turmas dos cursos de Direito no Brasil formaram-se em 1832. Em sua composição, havia jovens de diversas províncias do Brasil e, também, de Portugal e Angola. Entretanto, essa proposta de Universidade foi elaborada, apenas para uma selecionada elite, pois à época, o ensino básico também era privilégio de poucos, sendo esta, uma etapa de seleção daqueles que comporiam os poucos bancos universitários para, em momento posterior, dirigir a nação brasileira nessa nova ordem implantada com a independência de Portugal.

Desse modo, o negro, até mesmo o liberto, mais uma vez ficava

de fora desse processo educacional, uma vez que outros fatores, além da escravidão, o levavam a ocupar os piores postos e lugares, bem como auferir rendimentos inferiores aos brancos, herança que ainda carrega. Nos últimos 12 (doze) anos, são as ações afirmativas que vem oportunizando o acesso dos negros ao ensino superior e a UEMS vem contribuindo nesse sentido, tendo sido a terceira universidade no Brasil a implementar cotas para negros e a primeira a instituir cotas para indígenas.

O sistema de cotas na universidade é uma Ação Afirmativa no sentido em que entende Munanga, (2001, p.31), pois [...] *visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação.*

A UEMS iniciou suas atividades em 1994 com a oferta de vários cursos, dentre estes o curso de Direito na cidade de Três Lagoas – MS, transferindo-o tempos depois para a cidade de Paranaíba – MS, onde vem sendo ofertado nos turnos matutino e noturno. Em seguida criou mais dois cursos de Direito, um na cidade de Dourados–MS, sede da UEMS, e outro na cidade de Naviraí–MS. Desde o ano de 2003, realiza processo seletivo com cotas de 20% para negros e 10% para indígenas, em todos os cursos de graduação oferecidos na sede e nas 14 (quatorze) Unidades Universitárias espalhadas em todo o estado de Mato Grosso do Sul.

A primeira oferta de cotas na UEMS ocorreu em 2003, em cumprimento da Lei Estadual n. 2.605, de 06/01/2003, que dispõe sobre a reserva de, no mínimo, 20% das vagas para negros, mas até o presente momento ainda encontramos resistência em sua operacionalização, uma vez que, guiados pela ideologia e por meio de discursos desinformados, docentes, gestores e a comunidade em geral continuam acreditando no mito da “democracia racial” e na hipótese utópica de que a melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio possa resolver a

desigualdade no acesso ao ensino superior, desconsiderando questões sociais e raciais.

A pouca representatividade negra nos bancos universitários no Brasil e, em especial, no curso de Direito, referendada por dados estatísticos, legitima a necessidade do sistema de cotas para o ensino superior. Com base na pesquisa elaborada em 2004, pelo Prof. Dilvo Ristoff, diretor do INEP, o curso de Direito é o sexto curso “mais branco” do Brasil, com 79,4% das vagas preenchidas por estes (SANTOS, 2006a). Diante desses dados, questionamos: E se nada fosse feito, como ficaria a questão do negro brasileiro? A resposta mais coerente sugere que o abismo entre negros e brancos permaneceria inalterado e o quadro de exclusão persistiria no futuro como historicamente vem sendo comprovado.

As cotas refletem a ideia de inclusão social, pois, levando em conta o respeito às peculiaridades de cada um, dão condições para o acesso, por meio de uma política diferenciada, de grupos de pessoas que sofreram, e ainda sofrem, um histórico processo de discriminação e preconceito, a exemplo, os negros e indígenas.

Nos estudos realizados por Cordeiro (2008), consta que em dezembro de 2003, o primeiro vestibular com cotas na UEMS, foram destinadas 328 (trezentos e vinte e oito) vagas para negros. Ao final das matrículas, em 2004, especificamente no curso de Direito, houve o ingresso de 40 (quarenta) negros, demonstrando, já no primeiro ano de oferta, uma mudança no cenário desalentador anteriormente relatado. Todos os anos, desde então, todas as vagas são preenchidas e, as vagas da cota de indígenas não ocupadas por eles, são destinadas aos negros que as vem ocupando sistematicamente, com exceção do curso de Dourados-MS.

De acordo com Cordeiro (2008, p. 17), a implementação das cotas na UEMS, foi “uma oportunidade para construir e executar

um processo único no Brasil. [...] *um processo de discussão e debate acadêmico e sociopolítico com todos os segmentos internos e externos à Universidade*”.

Atualmente, os quatro Cursos de Direito da UEMS oferecem 180 (cento e oitenta) vagas e deste quantitativo a UEMS disponibiliza cota de 20% para negros que tenham estudado em escola pública ou como bolsista em escola particular. No vestibular de dezembro de 2007, para ingresso em 2008, foram oferecidas 10 (dez) vagas em Dourados, 10 (dez) em Naviraí e 16 (dezesesseis) em Paranaíba, divididas em período matutino e noturno, ou seja, 36 (trinta e seis) vagas para os negros. Todas as vagas são preenchidas ano após ano, porém em Paranaíba, os negros ocupam 30% das vagas, pois os 10% destinados aos indígenas em nenhum ano foi preenchido, e, de acordo com as normas, são os negros que as ocupam.

Hoje, as cotas na UEMS são uma realidade que não pode ser questionada quanto a sua legalidade e os estudos servem para subsidiar seu aprimoramento. Para isso, buscou-se informações junto daqueles que se encontram no fim desse trajeto, ou seja, cotistas negros que estavam concluindo o curso em 2012 e os coordenadores de curso que acompanharam de perto essa caminhada. São estes dados e informações que apresentamos aqui.

2. Dos resultados da pesquisa

O sistema de cotas raciais envolve uma realidade que não pode passar despercebida pela própria Universidade nem por seus docentes e gestores. Dessa forma, faz-se necessário o comprometimento de todos no aperfeiçoamento desta importante ferramenta de inclusão social. As cotas envolvem uma realidade que deve fazer parte das atividades de todos os docentes do curso, tendo em vista que o currículo e o fazer pedagógico devem se voltar para esta nova realidade multicultural, o que culminará

com uma melhor preparação do discente, pois estará antecipando o que o mesmo encontrará no mercado de trabalho.

As análises que apresentamos é resultado dos dados obtidos com a aplicação do questionário aos negros cotistas, no qual abordamos questões sobre dados pessoais, tais como sexo e idade, estado civil, se tem filhos, autodeclaração de raça e de cor, com quem reside, escolaridade do pai e da mãe, dados profissionais como profissão e salário, bem como renda individual e familiar, dados educacionais relacionados à trajetória acadêmica, ano em que está matriculado e se carrega dependência; e, caso isso ocorra, os motivos; onde cursou o ensino fundamental e médio; se é ou se foi bolsista; maiores dificuldades para permanência na Universidade; conhecimento e participação em projetos ou programas; motivo pelo qual optou pela cota, bem como sugestões para a UEMS relacionadas às cotas.

Muitas foram as dificuldades nessa coleta de dados envolvendo três cidades equidistantes até 600 km uma da outra, além das cidades circunvizinhas a cada uma, local de residência de muitos dos alunos pesquisados que haviam desistido do curso, mas que suas respostas eram cruciais para o entendimento dos fatores de permanência.

De um universo de 47 negros cotistas que ingressaram em 2008, nos quatro cursos de Direito, foram coletados 40 questionários, o que representa 85% (oitenta e cinco por cento), sendo 12 (doze) na sede em Dourados, 12 (doze) na Unidade de Paranaíba matutino, 10 (dez) na Unidade de Paranaíba noturno e 6 (seis) na Unidade de Naviraí. Dos coordenadores de curso, foram coletados dados de 100% dos que exerceram essa função desde 2008, o que representa 2 (dois) questionários em cada unidade, totalizando 6 (seis) ao todo.

A seguir, apresentamos alguns dados tabulados, analisados e

comentados sobre os quais podemos ainda tecer comparações entre os cursos.

Dados pessoais, familiares e socioeconômicos

Em relação ao item I, que trata dos dados pessoais, 23 (vinte e três) são mulheres e 17 (dezesete) homens, ou seja, 73.9% de mulheres, o que nos permite olhar com otimismo o cenário que se descortina à frente, em relação ao gênero, quando olhamos o histórico da mulher negra no Brasil a partir de sua entrada na condição de escrava. Dados recentes comprovam que o subemprego afeta grande parte das mulheres negras, grupo étnico-racial que se encontra em maior vulnerabilidade com relação ao turismo sexual e ao tráfico internacional de mulheres, no qual [...] *meninas, jovens e mulheres não brancas, e especialmente da região Norte e Nordeste, são alvos fundamentais da indústria internacional do sexo* (BORGES, 2005, p. 64).

Com relação à idade, podemos perceber que o maior número de negros cotistas se enquadra na faixa etária dos 21 (vinte e um) aos 25 (vinte e cinco) anos, com 16 (dezesesseis) respostas a esta alternativa, seguida da faixa etária dos 26 (vinte e seis) aos 30 (trinta) anos, com 10 (dez) acadêmicos. No entanto, existe a presença de acadêmicos das mais diversas faixas etárias, incluindo os de 46 (quarenta e seis) aos 50 (cinquenta) anos. Assim, essa composição variada demonstra que a possibilidade de concorrer pelas cotas trouxe incentivos para aqueles que se encontravam há longos anos fora dos bancos escolares, ou concluíram o ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, justificando, também, algumas das dificuldades relacionadas aos conteúdos do curso.

Com relação à autodeclaração racial, a maioria se autodeclarou pertencente à raça negra, com 39 respostas a este item e 1 (uma) como pertencente à raça branca. No entanto, nas declarações de cor, três negros cotistas se autodeclararam brancos. Muitas indagações podem surgir pelo fato de alguns questionados se considerarem de cor branca, mesmo que todos tenham sido considerados negros pela comissão que analisa as inscrições dos candidatos às cotas de negros. O fato de se considerarem brancos, bem como não se identificarem com a própria raça, muitas vezes, ainda está ligado à questão do status social ocupado pelo branco, no qual *tudo isso faz com que a parcela da população negra se recuse a se assumir como negra [...]* (GUIMARÃES, 2006, p. 111).

No que diz respeito à cor, as respostas foram mais diversificadas, sendo que a maioria se considera preta com 20 (vinte) respostas; seguida por pardo, com 16 (dezesesseis), além dos 3 (três) brancos e um que não respondeu. Essa quantidade de pardos demonstra a alta miscigenação do povo brasileiro. Nesse item, acreditamos que algumas respostas foram tendenciosas pelo fato do ingresso pelas cotas, do que a simples e pura convicção de pertencimento a uma determinada cor, ocasionadas, em alguns casos, pelo grau de dificuldade dos próprios sujeitos em se autodenominar.

Os critérios de aferição da raça para ingresso pelas cotas foram construídos a partir das discussões durante a regulamentação da Lei Estadual n. 2.605, de 06/01/2003. Como eixo central das exigências para os negros. Foram estabelecidos os critérios de *[...] escola pública, fenótipo e autodeclaração [...]* (CORDEIRO, 2008, p. 61). Portanto, se declarar pertencente à raça negra e, posteriormente, se afirmar de cor branca, nos induz a pensar na falta de identidade étnico-racial desde a infância, pois *é natural o orgulho da raça branca pela supremacia branca* (GUIMARÃES, 2006, p. 105), afirmação que vem sendo desmistificada nos últimos tempos, com o reconhecimento da identidade da população negra.

O item II, relacionado aos dados familiares, as informações sobre moradia e escolaridade dos pais são importantes para conhecermos o contexto sociocultural do qual os cotistas são originários. Em relação à escolaridade do pai, a maioria está concentrada no “fundamental incompleto” com 9 (nove) respostas, seguido pela alternativa “sem instrução”, com 8 (oito). O que demonstra a pouca instrução e a importância da universidade na reversão deste quadro num futuro bem próximo. Encontramos dados semelhantes quando tratamos sobre a escolaridade da mãe, uma vez que o maior número de respostas assinaladas foram os itens fundamental incompleto com 13 (treze) e sem instrução com 6 (seis). Porém, as genitoras apresentaram um número ligeiramente maior de graduadas, ou seja, 6 (seis), contra 5 (cinco) dos pais. Estudos sobre esse ponto têm demonstrado que

[...] a escolarização dos pais tem influência poderosa na determinação do sucesso acadêmico do estudante, apontando, deste modo, para o ensino superior como um espaço que concorre para a reprodução das desigualdades entre os seguimentos sociais (PRIOR, 1984; BRITO E CARVALHO, 1978; BOURDIEU e PASSERON, 1973, apud QUEIROZ, 2002, p. 35).

Henriques, quando tratou da desigualdade racial e da evolução das condições de vida na década de 90, concluiu que:

[...] a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial de 2,3 anos de estudos entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observada entre os pais desses jovens. E, de forma assustadoramente natural, 2,3 anos é a diferença entre os avós desses jovens. [...] escolaridade entre brancos e negros, mantém-se perversamente estável entre as gerações (HENRIQUES, 2001, apud PASSOS, 2012, n.p.).

No item III, que aborda os dados profissionais, as informações

obtidas sobre trabalho e renda dos negros cotistas nos possibilitaram justificar parte das dificuldades encontradas na trajetória acadêmica, bem como o alto número de desistências no curso. Perguntados sobre dados profissionais, 29 (vinte e nove) acadêmicos disseram trabalhar, enquanto 11 (onze) responderam negativamente, informando manter-se na universidade com a ajuda dos pais. Nesse aspecto, alguns fatores podem interferir na seletividade dos acadêmicos, tais como o turno em que o curso é oferecido, como na sede em Dourados e em Paranaíba (turno matutino), há dificuldade para obtenção de emprego, somado ao fato de que, no quinto ano, cumprem a disciplina de Estágio Supervisionado junto ao Núcleo de Prática e Assistência Jurídica, o que torna qualquer carga horária de trabalho mais complicada. Entretanto, podemos afirmar que os estudantes do matutino, em sua maioria, vivem com os pais e apresentam a maior renda salarial.

Dos que disseram trabalhar, a faixa salarial que mais concentra acadêmicos é até 1 (um) salário mínimo, com 12 (doze) respostas a esta alternativa, divididos igualmente entre os turnos matutino e noturno. A faixa de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos obteve 11 (onze) respostas, sendo a maioria no período matutino, o que nos faz acreditar que esses acadêmicos possuem bolsas ou estágio extracurricular remunerado.

Quando juntamos os dados sobre renda até 3 (três) salários mínimos, obtemos um total de 23 (vinte e três) alunos ou 57% deles nessa condição, o mesmo acontecendo no que diz respeito à renda familiar com maior concentração nas faixas de até 1 (um) salário mínimo com 7 (sete) respostas e de 1 (um) a 3 (três) com 16 (dezesesseis) respostas. Observamos que, na renda familiar de 4 (quatro) a 10 (dez) salários, dos 14 (quatorze) cotistas oriundos dessas famílias, 10 (dez) estudam no turno matutino.

Dados Educacionais: cotistas negros

Com relação aos dados educacionais, 33 (trinta e três) acadêmicos declararam estar matriculados e frequentando o quinto ano, 6 (seis) responderam estar matriculados e frequentando o quarto ano, 1 (um) informou que havia desistido e 23 declararam carregar dependência contra 17 (dezesete) que disseram não possuir dependência. Questionados sobre os motivos que geraram a dependência, 11 (onze) assinalaram a alternativa “outros motivos”, justificando como sendo:

- Na Unidade de Dourados: a) falta de mais esforço de minha parte; b) falta de compromisso com a disciplina; c) dificuldade com o estudo devido ao grande desgaste com o trabalho fora;

- Unidade de Paranaíba Matutino: a) problemas pessoais; b) doença e perda de muitas aulas; c) falta de boa didática de alguns professores; d) transferência interna; e) desgaste com o trabalho.

- Unidade de Paranaíba Noturno: a) dificuldades econômicas, falta de tempo e estrutura para estudar; b) trabalho;

- Unidade de Naviraí: a) perda de avaliação, não mais conseguindo recuperar na optativa; b) envolvimento em movimentos sociais, carga extensa no trabalho; c) falta de tempo para estudo.

As respostas foram bem diversificadas. Porém, em sua maioria, percebida pelo próprio cotista como falta de esforço pessoal e devido ao desgaste ocasionado pela jornada de trabalho. A graduação oferecida no período noturno favorece quem trabalha,

no entanto, o rendimento pode ser inferior àquele dos que não exercem qualquer atividade, pois o desgaste ocasionado é um desestímulo aos estudos. Nesse ponto, muitas vezes, o acadêmico se vê em uma encruzilhada: estudar ou sobreviver? Por isso, a necessidade da universidade oferecer junto com o acesso, políticas de permanência.

Outro item que ganhou destaque na questão da dependência foi a alternativa “c” “relação professor(a)-aluno(a)”, com 7 (sete) respostas. Para a compreensão desse item, oferecemos alguns exemplos genéricos (discriminação, perseguições, etc.) dentre os quais o(a) acadêmico(a) poderia enquadrar outras situações semelhantes vividas durante o curso. Essa alternativa era objetiva e, por consequência, não cabia justificativa. O índice de respostas a esse quesito, embora pareça pequeno, na verdade é significativo e mostra uma situação que não deveria ocorrer na universidade, já que esta [...] *precisa, pois, continuamente pensar o que ela quer ser e que tipo de contribuição deseja prestar à sociedade na qual se encontra inserida* (BENICÁ, 2011, p. 36), ou seja, como espaço de diálogo e interações, a universidade deve minimizar a ocorrência dessa prática, com intervenção permanente, junto aos professores e aos acadêmicos, visando uma melhor conscientização e respeito ao outro.

O item “dificuldade com os conteúdos básicos do curso” contou com 4 (quatro) repostas, embora saibamos que as dependências, geralmente, são frutos de avaliações nas quais o aluno não dominou os conteúdos e que pode ter suas raízes no processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica. As informações sobre onde cursou o ensino fundamental e médio não causaram surpresa, tendo em vista ser este um critério para concorrer às cotas. Contudo, dos três que declararam ter estudado em escola particular, apenas dois informaram mediante bolsa e um deixou em branco a alternativa, levando-nos a pensar que motivos este teria para ocultar esta informação. Será que apresentou falsa declaração de bolsa? É possível, mesmo com todo o cuidado que a Comissão responsável adotou

no deferimento das inscrições para a cota de negros.

Nas informações sobre as bolsas oferecidas durante a graduação, 33 (trinta e três) declararam que não recebem(eram) e 7 (sete) que recebe(eram). Dos que receberam, as respostas foram as mais diversificadas, sendo 3 (três) de permanência, 1 (uma) de extensão e 3 (três) de iniciação científica. Quem se beneficiou de bolsa o fez, em média, de 7 (sete) meses a 1 (um) ano. E apenas 1 (um) acadêmico disse ainda receber bolsa permanência. Essas bolsas têm prestado um importante auxílio para a permanência e formação acadêmica, pois possibilita ao estudante carente sua manutenção na graduação, além de iniciação à pesquisa e à extensão.

Dessa forma, podemos avaliar que é amplo o sistema de bolsas oferecido pela UEMS e que muitas delas sequer são pleiteadas, sobrando bolsas, o que demonstra, muitas vezes, uma postura passiva de professores e coordenadores dos cursos de Direito, que não incentivam os alunos a concorrer. Por outro lado, os alunos só podem concorrer se os seus professores possuem projetos aprovados e em desenvolvimento, situação bastante rara entre os docentes da área do Direito.

Como maiores dificuldades para manterem-se na universidade, no curso de Direito, a maioria aponta os fatores ligados ao trabalho, bem como ao deslocamento até a Universidade como em Dourados, onde o curso está situado a mais de 15km do centro da cidade. Outro fator é a renda que, como vimos, é baixa, tanto a individual quanto a familiar. Sabemos, ainda, que as profissões que exigem maiores esforços físicos são as que geram menores rendimentos e maior cansaço, principalmente para os que estudam no período noturno, fatos já comprovados em pesquisas com dados nos quais,

[...] estima-se que a média de horas trabalhadas por sema-

na seja de 43 horas e 24 minutos, todavia entre pretos a jornada de 44 horas e 49 minutos é superior à média e à jornada dos de cor branca, que trabalham 44 horas e 33 minutos. [...] embora a população negra trabalhe mais que a população branca, seu salário ainda é inferior, pois a partir da média total de R\$ 573,23, constatou-se que os brancos recebem em média R\$ 644,46 e os negros, R\$ 506,48, uma diferença em favor dos brancos de 27% (MARTINI; SILVA, 2005, p. 97-98).

Nesse ponto, a universidade tem que rever as bolsas oferecidas, bem como seus valores, e caso estas já estejam sendo suficientes para suprir as necessidades dos negros cotistas e demais alunos, exigir dos professores e coordenadores a divulgação e oferecimento, pois muitas não são utilizadas pelo desconhecimento.

Entre os quatro cursos, foram assinalados ainda, como fatores dificultadores da permanência, a letra “a” que diz respeito a dificuldades de aprendizagem originadas no ensino fundamental e médio (leitura, interpretação etc.) com 8 (oito) e letra “d” - outros motivos - com 9 (nove) respostas. Nesses dados, podemos ver a deficiência da escola pública e a importância das cotas para o ingresso na graduação, bem como a necessidade de cursos de nivelamento para suprir uma carência em decorrência da educação básica. O item “d” foi elencado pelas mesmas razões que justificaram as dependências.

Quando perguntados sobre os projetos e programas para negros cotistas que a universidade oferece, impressiona o número dos que não têm conhecimento uma vez que 36 (trinta e seis) deles responderam não conhecer, e apenas 3 (três) disseram ter ciência, havendo uma resposta não preenchida, validando mais uma vez a afirmação de que os coordenadores de curso precisam fazer uma melhor divulgação, incentivar a participação, bem como os docentes se conscientizarem dessa necessidade premente, a fim de oferecerem projetos necessários ao atendimento dos editais e programas disponíveis.

Os dados assustam, pois na Unidade de Paranaíba, turno matutino, doze questionados informaram não haver participado de projeto algum. Na Unidade de Naviraí, todos os questionados responderam não haver participado de projeto algum, situação que pode ser justificada pelo fato de muitos acadêmicos residirem em cidades vizinhas à universidade e até mesmo o deslocamento até esta para poder estudar já é uma dificuldade, somado ao fato de todos os acadêmicos trabalharem, o que impossibilita o desenvolvimento dos projetos, que não é o caso de Paranaíba no turno matutino.

No entanto, quando indagamos a todos sobre a necessidade de implantação de algum projeto específico para os acadêmicos negros cotistas, que os ajudasse na permanência, 20 (vinte) pessoas responderam ser esta providência desnecessária, enquanto que 19 (dezenove) entenderam que deveria ocorrer, sendo que um acadêmico não opinou.

Aos que responderam afirmativamente sobre a necessidade de oferecimento de algum programa ou projeto, as respostas foram bem diversificadas, dentre as quais sugeriram ações que: visassem a integração e a relação entre os cotistas; oferecessem reforço acadêmico; possibilitassem estágio dentro da universidade, de forma remunerada, focado no curso que o cotista faz; incentivassem a cultura, a inclusão do cotista na universidade, os Direitos Humanos; incentivo à leitura e à pesquisa; consciência negra, histórico e política; incentivo ao desenvolvimento de pesquisas sobre sua cor e raça; orientação e/ou grupo de estudo; incentivo financeiro pelo fato de a maioria dos negros cotistas vir de famílias humildes.

Ainda em relação às sugestões, elencaram: melhor preparação com base no próprio curso; oferta e divulgação de bolsas; extensão na comunidade; reforço didático dos conteúdos abordados nas disciplinas. Nota-se que as sugestões dos discentes estão relacionadas às dificuldades que podem ser reduzidas mediante a

contemplação de bolsas. Entretanto, o que pudemos perceber é que estas não são distribuídas por ausência de projetos dos professores dos quatro cursos de Direito da UEMS e as razões dessa omissão, podemos atribuir ao fato de os advogados não possuírem formação e conhecimento didático-pedagógico necessários ao exercício da docência que contempla a pesquisa e a extensão, se atendo apenas as atividades realizadas na sala de aula. A coordenação, que deveria ser o elo entre as determinações das pró-reitorias e demais encaminhamentos da universidade, divulgando as bolsas e incentivando os professores e alunos a realizarem projetos, também se mantém inerte nesse sentido.

Os poucos projetos e bolsas que existem, talvez pela omissão dos gestores da universidade ou, ainda, pela falta de divulgação do oferecimento destes, demonstram que os alunos que realmente precisam não usufruem, fato que pode ter levado os negros cotistas a um grande número de dependências, evasões e reprovações. A falta de oferta de projetos, incentivo e auxílio na participação dos discentes faz com que a universidade continue sendo reprodutora das injustiças sociais, uma contradição aos objetivos do curso de Direito.

Ao perguntarmos sobre os motivos que levaram os negros cotistas a concorrerem pelo sistema de cotas, colocamos quatro alternativas: a) menor concorrência; b) exercício de um direito constitucional; c) sentimento de identidade e pertencimento racial; d) (genérica) outro fator, solicitando a citação destes. A alternativa que concentrou o maior número, com 20 (vinte) respostas, foi a letra “b” - “exercício de um direito constitucional”; e as alternativas “a” - menor concorrência e “c” - sentimento de identidade e pertencimento racial ficaram empatadas, com 10 (dez) respostas cada uma.

A razão de o maior número concentrar as respostas na alternativa “b” talvez esteja ligada ao fato de que apenas os negros cotistas do curso de Direito foram questionados e por ser o Direito

uma ciência quase toda positivada, os acadêmicos tem uma predileção especial por argumentos legais. A menor concorrência (alternativa “a”) foi respondida por 10 (dez) acadêmicos, o que demonstra que as cotas proporcionaram incentivos para cursar a graduação, o que muitas vezes não ocorre na prática pois, em alguns anos, a concorrência entre os candidatos pelas cotas costuma ser maior que entre as vagas gerais, dado o número pequeno de vagas oferecidas. O sentimento de identidade e pertencimento racial também contou com 10 (dez) respostas, o que demonstra progresso, uma vez que

A universidade brasileira, ao se propor a adotar um plano de ações afirmativas, não se encontra tão somente a corrigir os erros dos 500 anos de colonialismo e escravidão; está reconhecendo que a população negra precisa ser valorizada no plano social e individual. Existe a consciência de que a nossa identidade pode ser bem ou mal formada no curso de nossas relações com outros significantes. Mas é fundamental que haja ações políticas ininterruptas de reconhecimento igualitário (SANTOS, 2006b, p. 20).

As respostas aos questionários nos fazem olhar com otimismo o número de acadêmicos que marcaram pertencimento racial e a assunção como tal. Acreditamos que, também nesse ponto, as cotas são importantes, aumentam a autoestima e, por consequência, o reconhecimento de uma identidade étnico-racial.

Perguntados se o sistema de cotas havia facilitado a sua entrada na Universidade, 26 (vinte e seis) responderam afirmativamente e 14 (quatorze) negativamente. As explicações a esse questionamento foram as mais variadas. Os que responderam afirmativamente disseram, em sua maioria, que, por conta da concorrência ser menor, facilitou a entrada, uma vez que alguns acadêmicos explicaram não possuir “bagagem” suficiente para concorrer com os alunos de escolas particulares. Outros afirmaram que o sistema de cotas possibilita a entrada em cursos com maior concorrên-

cia, aos quais, geralmente, a população negra tem menos acesso; a concorrência era menor do que para as vagas gerais, e outro falou que a concorrência foi com outros alunos que se encontravam com o mesmo nível de conhecimento, ou seja, os oriundos de escola pública. Alguns afirmaram que se não fossem as cotas, jamais poderiam entrar em uma universidade, uma vez que sustentam a família e não teriam condições financeiras para isso.

Quanto aos que responderam negativamente, as explicações foram que: havia disputado a vaga com outros cotistas; prepararam-se para concorrer de qualquer forma; após saber que poderia concorrer pela cota, foi que optaram pelo sistema; o vestibular é uma disputa, tendo se colocado em uma situação igualitária a todos ao disputar a vaga; as cotas não facilitam em nada, e o fato de ser pública gera muita discriminação e, alguns disseram que poderiam ter passado mesmo que não tivessem concorrido pelas cotas, dada a pontuação obtida, mas que optaram por estas por se tratar de um direito constitucional.

Indagados sobre a percepção que possuíam sobre se teriam ou não as mesmas condições e chances que os alunos não cotistas no mercado de trabalho, as respostas obtidas foram: 31 (trinta e um) sim e 09 (nove) não.

Dos que responderam afirmativamente, justificaram que a partir do momento em que se consegue entrar na faculdade, todos devem buscar a melhor maneira de colher conhecimentos para concorrer no mercado de forma justa, apesar das diferentes dificuldades, confiando na dedicação e oportunidade, pois será o desempenho profissional do negro que vai dizer se está apto para realizar um bom trabalho; o mercado de trabalho tem espaço para todos; a maioria dos negros cotistas já formados está inserida no mercado de trabalho; o fato de entrar pelo sistema de cotas não os torna menos competentes que os demais; todos têm chances iguais citando, inclusive, a presença de um negro

como Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF. Acreditam nas mesmas condições e chances e entendem que o mercado de trabalho seleciona os melhores, independentemente de raça.

A explicação dos que responderam negativamente foi de que nem sempre as condições serão as mesmas, tendo em vista que a situação socioeconômica traz uma maior dificuldade para ascensão profissional. Além disso, a maioria dos cotistas vem de família de baixa renda e, assim, possuem dificuldades enormes; além de concluir o curso na universidade, têm que provar à sociedade que são capazes; entendem que, infelizmente, ainda existe preconceito, e isto dificultará até na escolha do próprio cliente para a sua defesa. Acreditam que as cotas deveriam se estender ao mercado de trabalho, pois este seleciona preconceituosamente os candidatos às vagas, já que no Brasil, este se encontra

[...] estruturado com base na relação desigual entre capital e trabalho, também está apoiado na própria desigualdade racial. Nesse sentido, a construção da ponte entre as políticas de ações afirmativas e o mercado de trabalho pode criar patamares mais equânimes e condições leais de concorrência e ascensão para a população negra brasileira (MARTINI; SILVA, 2005, p.96).

Ademais, uma política de inclusão e promoção da igualdade material também vem prevista no Estatuto da Igualdade Racial, Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010, que prevê diversas medidas visando assegurar igualdade de oportunidade e tratamento para a população negra em matéria de trabalho e renda.

Nesse item, concordamos com a afirmação de que o mercado de trabalho ainda é preconceituoso, pois, muito embora haja quem respondeu que o mercado de trabalho seleciona os melhores, independentemente da raça, não é o que presenciamos até os dias atuais, uma vez que a escravidão não é a única razão para explicar a situação de penúria que até hoje grande parte

da população negra vive; outros fatores, tais como a discriminação e o preconceito, interferiram e ainda interferem para essa ocorrência, uma vez que [...] *o preconceito de cor [...] têm se perpetuado como componentes estruturantes da desigualdade social no Brasil, constituindo fortes entraves para a conquista da cidadania plena por parte do conjunto da população* (VENTURI; BOKANY, 2005, p. 17).

Algumas observações podem ser traçadas com relação às afirmações anteriores, uma vez que o acadêmico que afirmou que há ministros no STF que são negros não atentou para o fato desse órgão se encontrar instalado desde 9 de janeiro de 1829, sendo o atual ministro Joaquim Barbosa o **primeiro** negro a ocupar a sua presidência.

O acadêmico que entende que terá que estudar mais que o não cotista para se destacar além da cor, intrinsecamente está reconhecendo que o preconceito existe e que, se o desempenho após a universidade for igual ao do não negro, suas chances serão menores de se destacar, somando-se à estrutura e histórico familiar, que não auxiliam nessa ascensão, muitas vezes por ausência de referenciais.

Em relação ao item 5, perguntamos se havia alguma observação a fazer em relação ao sistema de cotas, projetos e outras iniciativas da UEMS com relação aos negros. As respostas, de modo geral, foram: o sistema de cotas implantado por nossa universidade, até agora, facilita a inserção do aluno no Ensino Superior, mas não há nenhum incentivo para que este permaneça; há discriminação implícita de alguns profissionais da universidade (professores); o sistema de cotas serve para proporcionar a inserção e facilitar a entrada de pessoas, porém existe uma classificação muito ampla de cor e, com isso, existe a entrada de pessoas com “identidade duvidosa” que não parecem se encaixar nas características negras ou índias.

Hoje, mostra-se mais importante o nível escolar e não mais a questão de raça; o fato de ser negro não está relacionado ao sucesso ou insucesso de uma pessoa, um dia já foi motivo, hoje não mais.

A percepção dos acadêmicos quanto ao fato de ser negro não interferir no sucesso ou insucesso da pessoa, dizendo que esse estigma se encontra superado, demonstra um olhar otimista para o cenário que encontra à frente ou desconhecimento de dados que mostram que os cargos, empregos e renda dos negros ainda são inferiores aos do branco.

O que pudemos observar é um grande otimismo e entusiasmo com relação às cotas, bem como a possibilidade de ascensão social e melhores rendimentos com a graduação. Muito embora ainda reconheçam no racismo, ainda presente na nossa sociedade, um entrave para o crescimento socioeconômico e cultural do negro, mas que está diminuindo ao longo dos anos com a promoção da cultura e políticas de respeito à diversidade, dentre elas as cotas.

Das coordenações de cursos

Passaremos agora à análise do questionário aplicado aos(as) coordenadores(as) dos quatro cursos, sendo que em cada Unidade Universitária foram respondidos 2 (dois) questionários, um pela coordenação atual e outro pela coordenação anterior, ou seja, 4 (quatro) professoras e 2 (dois) professores, totalizando 6 (seis) questionários. Destes, três eram coordenadores no ano de 2008, data colocada como início dessa pesquisa. Quatro acompanharam a implantação das cotas, sendo que um na condição de docente anteriormente.

Entendemos, pelas respostas obtidas, que mesmo dizendo terem acompanhado a implantação das cotas, afirmam que elas

não foram discutidas e, sim, que vieram impostas e os coordenadores tiveram que aceitar já que é lei, numa demonstração de que não fizeram nada além de aceitar as determinações e encaminhamentos da reitoria e pró-reitorias, quando deveriam articular uma proposta mais eficiente e propor projetos e programas para atender às necessidades de aprendizagem e permanência dos cotistas que iriam receber no curso, tanto como docente quanto como coordenadores de curso.

Com relação às mudanças provocadas na UEMS pelas cotas, em especial no curso de Direito, apenas 2 (duas) entenderam que estas de fato proporcionaram um maior acesso a segmentos sociais como negros, indígenas e deficientes provenientes de escola pública. Dos que entendem negativamente, uma justificou que “este público foi sempre bem-vindo aos cursos de Direito onde trabalhei (Dourados, Paranaíba e Naviraí)”; outro coordenador afirmou como “... irrelevante. Discussões sobre o assunto não alteraram as condições estruturais da Universidade”; uma ex-coordenadora disse “só consigo detectar o repúdio dos alunos, que alegam proteção desnecessária e opinando pelas cotas sociais”. Um coordenador atual disse que “pelo princípio da universalidade houve posicionamentos favoráveis e contrários”.

Pode-se perceber nos discursos, que pouco se inteiraram com relação à implantação do sistema de cotas, bem como não tiveram qualquer preocupação em compreender as razões pelas quais foi criado e se limitaram a cumprir as determinações superiores. Muitos disseram que acompanharam, estiveram presentes nos fóruns promovidos para discussão, no entanto, não trouxeram qualquer elemento concreto do que apreenderam com estes debates.

Perguntados se houve mudança no Projeto Pedagógico - PP do curso de Direito com a implantação das cotas, apenas uma coordenadora respondeu “sim, para adequação própria ao curso e não por conta das cotas”, resposta que não nos permite identi-

car quais foram essas mudanças, uma vez que não apontou em que parte do Projeto Pedagógico ocorreu alteração.

Foi feita uma pergunta pessoal acerca da posição dos coordenadores com relação ao sistema de cotas, obteve-se como uma das respostas que sempre “fui favorável a estas, por ser defensora da inclusão ao sistema de qualquer cidadão, por simplesmente ser pessoa humana, e, conforme pesquisas, esse público sempre fora excluído por razões econômicas *e de cor*”. Outro declara que: “sou contra, em princípio. Prefiro que as cotas fossem para crianças e jovens em escolas de bom nível. Mas como não foi escolhida esta alternativa, aceito como medida que resgata um pouco a situação desfavorável”. Entre as ex-coordenadoras foi dito: “já fui contra, por não me aprofundar no assunto e entendia que tudo que acontece de cima para baixo é um desrespeito; mas hoje sou uma fiel defensora das cotas, não existe como não nos posicionarmos nesse sentido frente à realidade discriminatória de nosso país”. “É um mecanismo necessário, porém de duração temporária, para assegurar o acesso de negros em Universidades”. “Não se pode/deve desconsiderar a condição financeira e o mérito nas próximas décadas [...]”. Dentre os que ocupam a função foi dito: “considerando a igualdade formal e material sou favorável ao sistema”, bem como, “considero importante, porém, apenas garantir o acesso não é suficiente, é preciso desenvolver métodos de acompanhamento p/ esses alunos”.

Pelas respostas dos coordenadores percebemos que, à exceção de um coordenador, os demais são favoráveis às cotas. No entanto, nota-se que a implantação destas encontrou certa resistência, pois acreditavam em outras alternativas para a inclusão do negro na graduação, tais como a melhoria no ensino básico e fundamental público.

É importante destacar as observações da coordenadora da unidade de Naviraí, que entende que as cotas devem ir além do

acesso, que a Universidade deve acompanhar e desenvolver métodos para a permanência desses cotistas. O que acreditamos que deveria ter acontecido em um segundo momento após a implantação das cotas, no entanto, até hoje, há pouca movimentação institucional nesse sentido.

No assunto oferecimento de bolsas e outros programas de auxílio na manutenção dos alunos cotistas, quando questionados se o que a UEMS oferece em matéria de bolsas e programas é suficiente para atender aos alunos cotistas que precisam, dos que responderam negativamente afirmam: “além do valor vergonhoso, deveria ser criada assessoria econômica para ajudar a organizar as despesas e gastos”; “o valor é ínfimo, bem como transforma o bolsista em trabalho barato. Precisa reavaliar os objetivos e valores das bolsas”; “o valor é insuficiente e as ações desenvolvidas precisam ser analisadas em função da necessidade de se contribuir para a formação do acadêmico”; “adequação do valor à necessidade de cada aluno e acompanhamento para garantir o necessário à formação”.

Todos os que responderam negativamente falaram do valor da bolsa, que é insuficiente e precisa ser revisto. No entanto, o oferecimento de bolsas e a quantidade, conforme visto, já representa um grande avanço na formação acadêmica, pois proporciona ao aluno uma ajuda na sua manutenção, iniciação à pesquisa, mais tempo na universidade dedicado aos estudos. Dessa forma, é preciso conscientizar docentes, discentes e coordenadores de que as bolsas vão além da mera manutenção, auxiliando grandemente na formação acadêmica do aluno, de modo a garantir que esta ocorra com qualidade.

Com relação ao desempenho acadêmico, os dois coordenadores informaram desconhecer as dificuldades enfrentadas pelos negros cotistas durante o curso. Como sabemos, as cotas são de responsabilidade de toda a universidade, cabendo aos coordenadores e professores estarem mais atentos ao desen-

volvimento dessa política, pois o desconhecimento informado demonstra total apatia e desinteresse com a inclusão que elas representam e, mesmo mantendo um discurso de concordância com elas, como já informado, são completamente indiferentes quanto à correção das injustiças históricas que elas proporcionam. Apontam as dificuldades com conteúdos básicos do curso como a maior dificuldade na vida acadêmica do negro cotista ensejando, muitas vezes, sua evasão ou desistência do curso. Contudo, como docentes sabemos que esta é uma dificuldade geral dos alunos independente de cotas, exigindo do professor estar atento às dificuldades iniciais dos negros cotistas e demais acadêmicos.

Na resposta alusiva a “outros motivos”, uma coordenadora citou a “necessidade de o negro cotista trabalhar para custear suas despesas o que, às vezes, interfere na realização do curso”. Porém, acreditamos que essas dificuldades poderiam ser reduzidas com um eficiente programa de acesso às bolsas, não apenas aos negros cotistas, mas a todos os alunos em condições socioeconômicas desfavoráveis.

O tópico relacionado à relação professor/aluno também obteve apenas uma resposta, o que nos leva a inferir que muitos casos não chegaram ao conhecimento da coordenação, uma vez que, se cruzarmos essa informação com a mesma pergunta elaborada aos acadêmicos, 7 (sete) dos 23 (vinte e três) acadêmicos que carregam dependência assinalaram essa alternativa como um dos motivos para a sua reprovação.

Quando instigados a citar as ações desenvolvidas para auxiliar no enfrentamento das dificuldades dos negros cotistas, assim como para os demais alunos no curso de Direito sob sua responsabilidade, responderam: “enquanto coordenadora sempre atuei de maneira a que todas as ações contemplassem todos os públicos, abrindo possibilidade de participação a viagens técnicas, congressos da UEMS ou externos, inclusive publicações científicas”.

“Não faço diferença entre acadêmicos, em princípio, exceto os casos problemáticos (ameaça de morte, cantadas indevidas, comportamentos inadequados e outros) independentemente de raças, credo ou cultura”. “Não detectei nenhuma ação por parte da coordenação, dos professores do curso. Porque, para mim, criar projeto de ‘reforço’ são ações de auxílio específico aos cotistas”. “Propostas de projetos de ensino (português) dependem de disponibilidade do corpo docente para, fora do horário, atender os discentes com dificuldades, parte dos professores o faz”.

As respostas sugerem que alguns coordenadores não têm qualquer conhecimento, interesse e preocupação com este sistema nem com seu aprimoramento, uma vez que as cotas foram, apenas, o primeiro passo para a graduação, sendo importante o empenho de todos os partícipes (professores, coordenadores, gestores) para que esses cotistas permaneçam na universidade até a regular formação. Um exemplo é quando mencionam a necessidade de criar “reforço” aos negros cotistas como se, somente a estes, fosse necessária uma intervenção pedagógica, não considerando o fato de que os demais graduandos poderiam se encontrar nas mesmas situações.

Solicitados a fazer algumas observações em relação ao sistema de cotas, projetos ou iniciativas para os alunos negros cotistas realizados na UEMS, responderam: “todas as ações que, de alguma forma, proporcionem a inclusão da pessoa devem ser realizadas”; “*os cotistas têm obrigação institucional de auxiliar outros em semelhante situação, por exemplo, tutor de alunos de ensino médio*”. A obrigação dos cotistas em auxiliar outros alunos não pode ser admitida, e ainda prova que alguns coordenadores não entenderam nada do que as cotas representam e seu papel de reparadoras de injustiças sociais, uma vez que, para esse coordenador, aos demais acadêmicos não se exige semelhante encargo. Com os comentários citados, podemos perceber o total despreparo daqueles que ocupam a coordenação, uma vez que, devendo ser os articuladores das políticas emanadas dos órgãos

superiores e das pró-reitorias, denotam uma omissão na execução desses encaminhamentos.

Muitas outras afirmações foram feitas. Alguns entendem que alguma coisa tem que ser feita com relação aos cotistas que já se encontram na graduação, em alguns momentos, falaram das bolsas, que são insuficientes e de reduzidos valores. No entanto, percebe-se que a maioria não as divulga aos acadêmicos e não incentiva o seu pleito, auxiliando na elaboração de projetos e oferecendo extensão que possam contemplar os negros cotistas, demonstrando, inclusive, desconhecimento do assunto.

Essa falta de iniciativa dos gestores é geradora, em parte, dos percalços vividos pelos negros cotistas e demais alunos na mesma situação social, econômica e de aprendizagem, numa clara demonstração de que as oportunidades oferecidas pela universidade são suficientes para os negros e pobres que se aventuraram adentrar esse “nicho” de superioridade chamado Curso de Direito.

Do desempenho acadêmico dos negros cotistas de 2008 a 2012: tecendo considerações finais

Nesse tópico, apresentaremos o desempenho acadêmico dos negros cotistas com os seguintes itens: matriculados; aprovados sem e com dependência; reprovados; evadidos, e aqueles que estão cursando séries anteriores. Como evadidos, consideraremos aqueles que, muito embora tenham sido aprovados na série anterior, não renovaram a matrícula, bem como aqueles reprovados que também não se matricularam na mesma série. Os aprovados foram subdivididos em sem dependência (sd) e com dependência (cd). A análise do quinto ano pode dar um panorama geral do que sucedeu ao longo da jornada acadêmica. Para o propósito deste artigo, nos restringiremos, apenas, a tabela

abaixo com dados do quinto ano dos cursos.

Tabela 1 – Quinto ano - Curso de Direito - 2012

Curso de Direito – UEMS – Quinto ano 2012										
Unidades	Matri- culados	Aprovados		Repro- vados	Eva- didos	Cursando séries anteriores				
		s.d.	c.d.			1º	2º	3º	4º	5º
Dourados Mat.	11	8	0	3	0	0	0	0	1	0
Paranaíba Mat.	7	3	0	4*	4	0	0	0	1	0
Paranaíba Not.	9	7	0	2	3	0	0	0	0	0
Naviraí Not.	5	2**	0	4	3	0	0	0	2	0
Total	32	20	0	13	10	0	0	0	4	0

*um acadêmico aproveitou estudos e em 2008 ingressou no segundo ano. Em 2011, estava no quinto ano, fazendo disciplina no quarto, reprovando em disciplina deste e do quinto. Na tabela acima está como reprovado. Este acadêmico foi considerado em todas as tabelas, tendo em vista o número de disciplinas que cursou na série regular.

** O resultado final foi de 47 acadêmicos, visto que um acadêmico de Naviraí aproveitou estudos e se formou em 2011, sendo incluído na soma dos aprovados de 2012.

Em 2012, no quinto ano, 32 (trinta e três) negros cotistas foram matriculados. Destes, apenas 20 foram aprovados sem dependências, somando-se um que aproveitou estudos, os quais colaram grau, ou seja, egressos da turma de 2008. Ao analisar toda a amostra (47 negros cotistas), verificamos que apenas 42,5% conquistaram a aprovação, concluindo seus estudos no tempo regular, ficando os demais retidos no quinto ano, ou seja, 13 (treze) reprovados. Além disso, 4 (quatro) ficaram retidos em séries anteriores e, possivelmente, colarão grau em anos posteriores. Contudo, 10 (dez) foram considerados evadidos (desistentes) durante a trajetória, ou seja, 21,3%. Para estes, só resta a alternativa de um novo ingresso.

Levando-se em conta as aprovações verificadas, notamos que, nessa trajetória, existem gargalos que a universidade precisa identificar e procurar solucionar para que haja maior permanência e conclusão de curso. Ao cotejar as tabelas, verificamos um número de dependências, reprovações e evasões que deveria ter sido motivo de preocupação da Universidade (Pró-Reitoria de Ensino e Coordenação de Curso) a fim de se evitar esse alto índice de negros cotistas nessa situação. Uma vez que, como mencionado anteriormente, as cotas foram apenas o primeiro passo para o ingresso do negro na graduação, cabe zelar pela permanência e aprovação dos cotistas para que essa importante ação afirmativa possa cumprir seu papel.

Neste trabalho, pudemos constatar que as condições socioeconômicas (necessidade de conciliar trabalho e estudo) interferem em muito no desempenho e permanência, sendo que as bolsas poderiam amenizar este problema. No entanto, os valores oferecidos por elas estão muito aquém do necessário para a manutenção desses alunos. Assim, cabe, muitas vezes, ao negro cotista, optar entre sobreviver ou estudar.

Dos 47 negros cotistas que ingressaram em 2008, os questionários foram aplicados a 40 deles e pela análise das respostas, não foi possível identificar um único fator como responsável pela reprovação e dependência, pois muitos fatores, em maior ou menor grau, interferem no desempenho e na autoestima do negro cotista, perpassando desde um referencial familiar até a falta de material didático para estudos. A universidade, muitas vezes, nem sequer tem conhecimento dessas carências, e tomar ciência desses fatos é o primeiro passo para a intervenção.

As bolsas podem servir de suporte para amenizar o problema mencionado. Para isso, os professores e coordenadores devem conhecer as necessidades dos acadêmicos, oferecer projetos e programas para a participação de quem realmente precisa. As dificuldades já verificadas nos anos iniciais devem ser sanadas, para

que as dependências não se acumulem e se tornem um desestímulo à permanência, não só dos negros cotistas, mas também dos demais acadêmicos que se encontram na mesma situação.

Precisamos, no atual estágio de consolidação das cotas, pensar além do oferecimento destas (ingresso), como também na permanência dos cotistas, para que haja formação (egresso regular). Caso contrário, o trajeto universitário estará padecendo do mesmo problema que as cotas tentaram corrigir, ou seja, da exclusão da universidade para a exclusão na universidade.

Não há como negar que, nessa trajetória, também houve conquistas, uma vez que 20 (vinte) negros cotistas, que representavam 42,5%, colaram grau, o que proporciona grande alento a essa população, nos permitindo olhar com otimismo o cenário à frente, somado ao fato de que 4 (quatro) ainda se encontravam cursando o quarto ano, em 2012, quando do encerramento desta pesquisa.

No Brasil, a escravidão sustentou a discriminação e a exclusão do negro, cujos frutos são perceptíveis até hoje. Para reverter essa situação uma das principais bandeiras de luta do Movimento Negro ainda é o acesso à educação, na crença de que o conhecimento, fruto da formação superior, é o caminho para a ascensão social. O não reconhecimento do Brasil como país racista dificultou a tomada de medidas na tentativa de efetuar compensação pelos prejuízos sofridos pela raça negra desde que esta entrou no Brasil, na condição de escrava.

A pressão internacional cobrou do Brasil uma postura mais ativa no enfrentamento dessas questões, uma vez que nenhuma justificativa explicava os dados que mostram que, aos negros, foram reservados os piores trabalhos com os menores rendimentos, bem como o fato de a escolaridade destes, sua situação social e econômica serem inferior à do branco, muito embora a população negra seja numericamente superior à branca. É nessa conjuntura

que entram as cotas nas universidades públicas, com o discurso acirrado de que estas eram inconstitucionais, o que perdurou até 26 de abril de 2012, oportunidade em que o STF reconheceu a constitucionalidade das cotas, o que vincula todos os outros tribunais do Brasil, nenhum deles podendo julgar de maneira diversa.

A amostra selecionada na UEMS serviu para compreender o que significam as cotas e a trajetória vivenciada pelos negros cotistas na área do Direito. Além disso, as atas de resultados finais de 2008 a 2012 denunciam um índice de 21,2% de evasão dos negros cotistas nos cursos pesquisados. Identificar os problemas e atuar para sua solução deveria ser um desdobramento natural nas ações docentes e de gestores de uma universidade que oferta cotas étnico-raciais. Portanto, cabe à UEMS, assim como a outras instituições com cotas, buscar seu aperfeiçoamento pelo comprometimento de todos nesse processo de inclusão e democratização do ensino superior, num claro movimento de respeito às diferenças e luta contra o racismo.

Conhecer as dificuldades enfrentadas pelos negros cotistas e demais alunos e empenhar-se em solucioná-las devem ser motivos de preocupação dos coordenadores de curso, professores e gestores da universidade, como iniciativas que vão além das cotas, em um diálogo franco e direto com os sujeitos envolvidos. Só assim a universidade estará cumprindo seu papel de disseminadora de conhecimentos, respeitadora da diversidade e promotora da igualdade de direito e de fato.

Referências

AIX Sistemas. Disponível em: <http://aix.com.br/wiki/index.php?titel=Ata_de_Resultado>. Acesso em: 8 abr. 2012.

BENICÁ, Dirceu. Uma universidade em movimento. In: BENICÁ, Dirceu. (Org.) **Universidade e suas fronteiras**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 31-63.

BORGES, Rosane da Silva. Pensando a transversalidade de gênero e raça. In: SANTOS, Gevanilda; SILVA, Maria Palmira da. **Racismo no Brasil**: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. Exclusão racial na universidade brasileira: um caso de ação negativa. In: QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (Org.). **O negro na universidade**. Salvador, Novos Toques, 2002. 79-99.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. **Negros e indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de Curso. 2008. (Tese Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

_____; ZARPELON, Shirley Flores. Indígenas cotistas da UEMS: acesso, Permanência e evasão dos primeiros Ingressantes em 2004. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.1, n.1, p.65-79, jan/abr. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/1408/pdf_65>. Acesso em: 8 abr. 2012.

DURAN, Angela Aparecida da Cruz. **A ideia de humanismo no ensino jurídico brasileiro**. 2004. 235 pg. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2004.

GUIMARÃES, Maristela Abadia. **No meio do caminho tinha uma discriminação, tinha uma discriminação no meio do caminho**: o potencial transformador das cotas raciais. 2006. 140f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. Disponível em: <<http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br>>. Acesso em: 10 set. 2012.

LUDKE, Menga; André, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MARTINI, Andressa Ferreira de; SILVA, Juliana Francine da. Discriminação no mercado de trabalho: desafios de combate ao racismo no bojo da população economicamente ativa no Brasil. In: SANTOS, Gevanilda; SILVA, Maria Palmira da (Orgs.). **Racismo no Brasil**: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 95-101.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei n. 2.605/2003** dispõe sobre a reserva de 20% das vagas da UEMS para negros. Campo Grande, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. Texto apresentado na IX Semana de Ciências Sociais da UFG, de 4 a 8 de novembro de 2002, a convite do Projeto Passagem do Meio: Qualificação de Alunos(as)

Negros(as) de Graduação para Pesquisa Acadêmica na UFG/LPP-UERJ/Fundação Ford. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, jul./dez. 2001. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/.../464>. Acesso em: 8 mar. 2013.

_____. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 22, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22cmunanga.htm>>. Acesso em: 8 mar. 2013.

CARVALHO, M.M.C. de. A escola e a república. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. In: PASSOS, Joana Célia dos. Educação, infâncias negras e políticas públicas: contribuições dos estudos étnico-raciais. **Revista Eletrônica editada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas de Educação na Pequena Infância: Centro de Ciências da Educação - UFSC**. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/zeroiseis/article/viewFile/25257/22235>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

POCHMANN, Marcio; BLANCES, Denise; AMORIM, Ricardo (Coords.). **Inclusão social: uma utopia possível: impacto das políticas públicas de Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Cortez, 2006.

QUEIROZ, Delce Mascarenhas (Coord.). Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil: um estudo comparativo. In: _____. **O negro na universidade**. Salvador: Novos Toques, 2002. p. 13-56.

SANTOS, Débora Silva. Ações afirmativas na Educação Superior. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e AIDS. Brasil Afroatitude: Primeiro ano do programa, Série Anais, Seminários e Congressos, n. 6. Brasília, 2006a. p. 25-32.

_____. Afroatitude e Direitos Humanos. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e AIDS. **Brasil Afroatitude**: Primeiro ano do programa, Série Anais, Seminários e Congressos, n. 6. Brasília, 2006b. p. 17-23.

TREVISAN, Leonardo. **Estado & Educação**: na história brasileira (1750/1900). São Paulo: Moraes, 1987.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. Pesquisando discriminação institucional e identidade racial. In: SANTOS, Gevanilda; SILVA, Maria Palmira da (Orgs.). **Racismo no Brasil**: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 17-36.

Recebido em 20/10/2014

Aprovado em 03/11/2014